

Considerações Críticas acerca do Conceito de Modernidade: uma análise da “inautenticidade brasileira”

Resumo: Os trabalhos clássicos do pensamento social brasileiro trazem em suas abordagens sobre o país uma visão que Jessé Souza definiu como tese da inautenticidade brasileira. O objetivo desse artigo é identificar os pressupostos que estão orientando essa visão de “atraso” da modernidade no Brasil, no sentido de evitar sua naturalização. A hipótese é de que eles foram construídos tendo como principal base os tipos ideais weberianos, que foram apropriados em uma espécie de check list da modernidade. Dessa forma pretendo identificá-los nas obras de alguns autores centrais para o pensamento social brasileiro, a saber: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta. Minha análise sobre estes autores vai dialogar com as ideias de Jessé Souza e Sérgio Tavolaro para identificar as problemáticas por trás da abordagem hegemônica da modernidade e a necessidade de uma apresentação que considere a pluralidade desse fenômeno.

Abstract: *The classic works of Brazilian social thought bring in their approach about the country a vision that Jesse Souza defined as the “thesis of Brazilian inauthenticity”. The objective of the article is to identify the assumptions that are guiding this view of the “backwardness” of modernity in Brazil, in the sense of avoiding its naturalization. The hypothesis is that they are constructed having as their main basis the weberian ideal types, which are appropriated in a kind of checklist of modernity. In this way, I intend to identify them in the works of some central authors for Brazilian social thought, namely Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro and Roberto DaMatta. My analysis of these authors will dialogue with the ideas of Jesse Souza and Sérgio Tavolaro to identify the problems behind the hegemonic approach to modernity and the need for a presentation that considers the plurality of this phenomenon.*

Introdução

Os trabalhos clássicos do pensamento social brasileiro trazem em sua abordagem sobre o país uma visão que Souza (2000) definiu como *tese da inautenticidade brasileira*. A argumentação comum destes autores defende que o Brasil não conseguiu se modernizar de forma plena, muito em razão de limitações e problemas que têm raízes na colonização do país.

Dentre os elementos comuns a essa tese destacam-se três pilares: o iberismo (fruto de raízes dos povos da Península Ibérica, que por sua formação histórica não tinham características favoráveis à modernização); o personalismo (brasileiros estão muito centrados na figura da pessoa, incapazes de desenvolver as características individuais modernas); o patrimonialismo (forma de organização política que não se adequa ao moderno Estado racional).

O objetivo desse artigo é identificar os pressupostos que orientam essa visão de “atraso” da modernidade no Brasil, no sentido de evitar sua naturalização (SOUZA, 2000). Minha hipótese é de que eles foram construídos tendo como principal base os tipos ideais weberianos, principalmente aqueles que foram apropriados pela teoria da modernização, que tem em Talcott Parsons sua principal figura (VIANNA, 1999). Com base nesses tipos ideais foi construída uma espécie de *check list* da modernidade, que define uma linha divisória do que é ou não moderno, bem como o caminho a ser percorrido para alcançar-se esse *status*. Minha pretensão não é trazer uma contribuição original ao tema, mas uma reflexão que revise autores que se detiveram sobre essa problemática e dialogue com eles para tentar avançar em alguns aspectos. Com esse intuito retomo inicialmente a obra de Max Weber para tentar entender a forma como ele trabalha a ideia de modernidade. Nesse sentido refletirei sobre os tipos puros de dominação legítima e sua sociologia da religião, bem como os tipos ideais visando entender

sua função metodológica. Para além do sociólogo alemão, dialogarei com a obra de Alexis de Tocqueville visando a forma como ele aborda a democracia e sua contribuição para a dinâmica moderna que é estabelecida entre o Estado e a sociedade civil.

A escolha desses dois autores não é arbitrária, pois eles tratam das características da modernidade que perpassam as obras dos autores do pensamento social brasileiro. Ainda que não citados em muitos casos, ou mesmo que não tenham sido inspiração direta para o desenvolvimento dessas ideias, eles concentram os argumentos centrais que vão formar a *tese da inautenticidade brasileira*, uma visão hegemônica da modernidade, face a qual o Brasil é colocado em situação de “atraso”. Para identificar tal tese meu diálogo será com os seguintes autores: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta.

Por fim realizarei uma crítica ao pensamento social brasileiro a partir do diálogo com obras de Jessé Souza e Sérgio Tavolaro, no intuito de identificar as problemáticas por trás da abordagem hegemônica da modernidade e a necessidade de uma apresentação que considere a pluralidade desse fenômeno – indo de encontro à naturalização que mencionei anteriormente. Esses autores foram escolhidos não só por refletirem recentemente sobre esses temas, como também em função dos argumentos que vão ao encontro do que pretendo discutir. Nesse sentido a tentativa é de argumentar que, por um lado, a modernidade não é algo que possa ser alcançado através de uma receita; por outro, ela não se apresenta uniformemente em todas as sociedades, seja da perspectiva de sociedades nacionais, seja a partir da própria heterogeneidade interna a cada nação.

O Tipo Ideal da Modernidade

Max Weber foi um autor central para a constituição da Sociologia enquanto disciplina científica, o que lhe conferiu não só o posto de um dos três

Antônio Cecílio Barboni Júnior
Graduando em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

Contato:
<barbonijunior@gmail.com>

Palavras-chaves:
Pensamento Social Brasileiro; Modernidade no Brasil; Inautenticidade Brasileira.

Keywords:
Brazilian Social Thought; Modernity in Brazil; Brazilian inauthenticity.

principais clássicos (ao lado de Durkheim e Marx), como também o de um dos autores mais citados nas dissertações e teses no Brasil (VIANNA, 1999). Sua influência torna-se ainda mais clara nas obras dos autores do pensamento social brasileiro, que se valem de seus conceitos (como Patrimonialismo, Estado Racional Moderno), de suas reflexões sobre a modernidade para ancorar a avaliação do estágio de “atraso” nacional.

Para tratar da abordagem que o sociólogo alemão fez dos principais aspectos que caracterizam a modernidade, é necessário primeiro apresentar a metodologia que foi marcante nas obras desse autor: o tipo ideal. Esse instrumento conceitual é apresentado em *A 'Objetividade' do Conhecimento nas Ciências Sociais*, publicado em 1904. A argumentação em torno desse assunto é fundamental na medida em que foi esse tipo tomado como hegemônico pela teoria da modernização, definindo as fronteiras entre o que é moderno e o que é atrasado.

Como definiu Weber (2003) o tipo ideal é uma utopia que acentua determinadas características da realidade, retratando um aspecto unilateral de um ou vários pontos de vista. O objetivo é que ele funcione como uma ferramenta heurística capaz de criar um quadro idealizado de pensamento não contraditório (do ponto de vista lógico), esclarecendo a natureza particular dos fenômenos culturais. Ao mesmo tempo, e por sua função sistemática, ele possibilita comparações entre fenômenos. Uma ressalva importante é que a ideia de ideal se refere a termos lógicos, e não a um dever-ser. Outra dimensão é o caráter de instrumento transitório, que deve sempre ser “reciclado” para acompanhar as mudanças que são características da própria realidade. A ciência vai crescer com base na crítica dos conceitos, que consequentemente levará a sua melhor adaptação aos conteúdos.

Weber ressaltava que o tipo ideal não deveria ser confundido com a realidade, pois ele não precisaria abarcar todos os fatos; sendo quase que uma hipótese inicial a partir da qual passa-se a explorar a realidade. O tipo ideal não deve se confundir com uma norma, estabelecendo uma linha de desenvolvimento, nem mesmo com a teoria e a história, sendo apenas um meio para se analisar a realidade. A essa altura o leitor já deve ter percebido a importância que teve essa apresentação para a análise que se segue. É sobre a transformação do tipo ideal em um dever-ser que esse artigo vai se atentar; sobre a forma como o pensamento social brasileiro adota uma imagem absolutamente fechada e de certa forma congelada de modernidade, que será parâmetro para identificar a situação brasileira.

Retomando o argumento de sua teoria da modernidade me interessa, fundamentalmente, a análise sobre os tipos de dominação e a sociologia da religião. Ao abordar o tema da dominação, Weber (1999) a define como a probabilidade de encontrar obediência para ordens em determinado grupo, o que depende de uma vontade de obedecer deste último (essa última vontade carrega necessariamente algum tipo de interesse). Esse grupo é o quadro administrativo, e o tipo de dominação depende da natureza do motivo de se obedecer, podendo ser afetiva, tradicional, racional referente a valores ou a fins. Entretanto, a confiabilidade da dominação só

vem a partir de sua legitimidade.

Há três tipos puros de dominação legítima: racional (crença na legitimidade das ordens estatuídas e de direito de mando); tradicional (crença na santidade das tradições e na sua autoridade); carismática (veneração extra cotidiana de santidade da tradição, heroísmo ou caráter de uma pessoa e suas ordens). Para fins desse artigo, interessam apenas a dominação legal e a tradicional. A legal é o tipo que marca a modernidade, e a tradicional, mais particularmente a dominação patrimonial, é aquela associada ao Brasil nas análises sociológicas que refletem a inautenticidade.

No tipo ideal da dominação legal, todo direito pode ser estatuído de forma racional visando ao respeito ou reconhecimento dos associados. Esse direito constitui-se de regras abstratas e impessoais. Obedece-se a uma norma, não a uma pessoa, sendo aquela objetiva e racionalmente limitada. Essa argumentação é fundamental, pois é a base do pilar do personalismo, apontado durante a introdução como um dos que marcam e definem o “atraso” brasileiro.

Para Weber, o quadro administrativo seria formado por pessoas com especialização profissional. Há uma separação entre funcionários e meios de administração e produção, ou seja, entre o patrimônio institucional e o patrimônio privado, separação essa que se estende para o espaço de trabalho, dividindo o espaço profissional e o domicílio. Esse ponto, por sua vez, é importante para definir a dinâmica que se estabelece entre as esferas daquilo que é considerado público e privado, ao estender essa classificação para o nível do Estado. O tipo mais puro de dominação legal se dá com um quadro administrativo burocrático, incorporando precisão, disciplina, confiabilidade, intensidade, produtividade, e uma centralização de conhecimento profissional que marca a qualificação dos funcionários. Estes, ao mesmo tempo, não teriam posse de seus cargos.

A dominação patrimonial, por sua vez, é um tipo de dominação tradicional em que o quadro administrativo é composto por indivíduos para os quais vale a fidelidade pessoal. A existência de um quadro e o poder não extremo do senhor caracteriza o Estado patrimonial, em oposição à dominação patriarcal, que está restrita à esfera doméstica. Há pleno direito pessoal do senhor conferido pela tradição, que pode se valer da coação física para se manter, ao mesmo tempo que é limitado por ela.

Nessa formação pode haver certa racionalização a partir da economia monetária, cobrando-se impostos e gerando monopólios. Entretanto, a diferença para o capitalismo é que a racionalização não é focada na produção, mas nos interesses do príncipe. O mesmo vale para seu quadro administrativo, já que a seleção é decisão do senhor. Além disso, os funcionários se apropriam do cargo e dos meios materiais de administração. O senhor deve garantir que os funcionários não tomem posse dos cargos definitivamente, uma vez que esses postos dependem do estabelecimento de uma relação de gratidão.

No que tange ao tema das religiões, dialogo com a argumentação de Jessé Souza (1998) apresentada em seu artigo *A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro*. Segundo esse autor, uma

perspectiva neo-evolucionista aparece em Max Weber de forma mais marcante em seus trabalhos na área de sociologia da religião. Essa foi a base de sua teoria da modernidade, que impactou fortemente a concepção de “desvio” associada ao Brasil. Esse neo-evolucionismo se esforçou por universalizar determinadas estruturas de desenvolvimento, não importando seus conteúdos particulares.

A particularidade do ocidente está precisamente na dimensão de tensão entre a dualidade sagrado-profano; a ética religiosa visa se impor como lei para o mundo. É assim com o judaísmo antigo, e também com o protestantismo, mas particularmente com o calvinismo através da doutrina da predestinação. O crente depende de si mesmo e apenas sua humildade e obediência podem salvá-lo. A certeza da salvação é garantida pelo trabalho, sendo esse o princípio que guia toda vida do fiel, racionalizando-a. A superação plena do mundo tradicional vem com a transição moral da ética da convicção para a ética da responsabilidade, levando à secularização e à subjetivação moral. Nesse sentido há um potencial crítico que liberta o indivíduo da tradição, abrindo espaço ao mercado capitalista, democracia e ciência experimental.

Souza alerta para a existência de uma revolução da consciência protestante ascética, pois ela impacta muito além da esfera econômica, em oposição a uma possível leitura de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Weber admira a capacidade de autocontrole e dominação do mundo dos protestantes ascéticos; essa admiração no pensamento social brasileiro se dá com o caso dos EUA, tido como o grande exemplo do tipo ideal moderno. Com sua racionalidade específica o Ocidente seria capaz de produzir significados culturais e validade universal, o que indicaria a exemplaridade e a superioridade desse modelo.

A partir do que foi apresentado é possível delinear o tipo ideal da modernidade que foi posteriormente consolidado pela teoria da modernização. Ele é fruto da dominação legítima racional-legal, impessoal, objetiva e capaz de racionalizar os processos, de forma a potencializar o trabalho empregado nesses, através da burocracia. Esta é a base do Estado moderno. Outro pilar da modernidade está na mentalidade desenvolvida pelo protestantismo ascético, que se espalha nas esferas sociais, seja economia, política, ciência, arte ou justiça. Através da noção de dignidade, atingida através do trabalho, da disciplina, do autocontrole e do pensamento prospectivo, capaz de racionalização; e sendo autocentrado os indivíduos desenvolvem uma ética própria para a modernidade (SOUZA, 2000).

A democracia moderna em Tocqueville

Cabe agora entender as contribuições de Tocqueville para esse tipo ideal. Na análise feita ao longo de *A Democracia na América*, publicado em 1835, Tocqueville (2005, 2004) tentou compreender os aspectos característicos do sistema democrático estadunidense, com o qual se deparou no período que realizou um estudo do sistema penitenciário do país. O que o intrigou foi a igualdade de condições, como o principal elemento desse sistema democrático, tendo impactos sociais, políticos, econômicos; ou seja, a fundo essa característica permeava tudo

o que ele observou.

Para o autor a igualdade seria uma tendência universal rumo ao nivelamento da sociedade, sempre contínua, caminhando ao encontro da democracia. Ele argumentou que a igualdade de condições gera amor pela própria igualdade, sendo esse o sentimento que move a democracia. Em sua forma ideal, a igualdade chega mesmo a se completar pela liberdade pura. Apesar de os indivíduos apreciarem a liberdade, não é ela que caracteriza a democracia, pois pode existir sem esse sistema.

Ao comparar liberdade e igualdade, Tocqueville aponta que a primeira é mais fácil de ser percebida em termos de seus impactos, bem como atua mais rápido. Já a segunda caminha mais lenta e estável, sendo seus males mais difíceis de serem notados. As vantagens da liberdade demoram, podem ser sublimes, mas se restringem a poucas pessoas e pontualmente, enquanto “a igualdade proporciona cada dia uma multidão de pequenos prazeres a cada homem” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 115). Quando se trata de uma recém derrubada hierarquia, essa paixão pela igualdade fica ainda mais cega. As pessoas “suportarão a pobreza, a submissão, a barbárie, mas não suportarão a aristocracia” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 116).

Segundo o autor, também se tornam mais cómodas as relações na democracia. Isso porque quando não há mobilidade social, as pessoas não temem ascender ou descender na hierarquia social. Se houver hierarquia, há batalha para ascender e para barrar as camadas que vem de baixo. Já nos EUA não haviam, na argumentação do autor, privilégios de nascimento e de riqueza, o que permitia às pessoas se reunirem sem medo.

Tocqueville aborda os métodos para juízo público de ações, ou seja, se as ações são vistas a partir da justiça ou da honra. Essa última vem das necessidades particulares de cada classe; necessidades específicas para as quais se adequam as virtudes mais convenientes. Um exemplo está na Idade Média com a coragem militar, fidelidade ao senhor, patriotismo – são virtudes que interessam ao senhor na manutenção de suas propriedades e na sua legitimação.

A honra, no caso do EUA, consiste em virtudes pacíficas que regulam o corpo social e favorecem os negócios. São exemplos a ambição e a defesa da família – virtudes que devem atuar com vistas a garantir a ordem pública e o bem-estar geral – além da coragem (para manutenção e prosperidade dos EUA) e o trabalho. Entretanto, num contexto democrático, a honra perde força: “(...) As dessemelhanças e as desigualdades dos homens é que criaram a honra; esta se debilita à medida que essas diferenças se apagam, e desaparecem com elas” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 302).

Está em Tocqueville outro argumento central para a construção do tipo ideal da modernidade: a relação entre a sociedade civil e o Estado. O autor traz as noções e autogoverno e associativismo como características centrais da democracia. É exatamente a partir dessas ideias que alguns intelectuais, como Raymundo Faoro, vão refletir sobre o Brasil como um país de sociedade “amorfa”, cujos indivíduos não participam da política por incapacidade

ou desinteresse. Além disso, eles seriam incapazes de se associar voluntariamente para agir de forma coesa em prol dos interesses da sociedade civil, seja por sua característica “amorfa”, seja por um Estado patrimonial que os inibem. Passo agora para a análise mais aprofundada desses temas.

O Tipo Ideal da Modernidade no Pensamento Social Brasileiro

No Brasil, os tipos ideais weberianos aparecem como instrumentos da teoria da modernização, utilizados para explicar o “atraso” brasileiro e o caminho para se alcançar o moderno. Haveria um vício brasileiro de origem, resultado de nossa colonização ibérica e patrimonial, que trouxe um Estado absolutamente autônomo, capaz de inibir a sociedade civil (VIANNA, 1999), conforme explorarei nos autores que se seguem.

Nesse sentido faz-se importante também a reflexão de Tocqueville, que ao destacar os EUA como parâmetro de sociedade moderna e democrática, possibilitou a comparação com o Brasil. As ideias encontradas nesses dois autores são, por isso, fundamentais para entender os pressupostos que lança mão a tese da inautenticidade brasileira. Isso será exemplificado da maneira como acontece em alguns dos principais autores do pensamento social brasileiro.

Devo ressaltar, antes dessa exposição, que minha pretensão não é defender que esses autores tratavam exatamente da mesma forma o Brasil. Antes, meu argumento é que há um determinado núcleo comum, uma certa regularidade na dispersão, que perpassa suas obras e que deve ser melhor explorada. Isso porque se trata de um conjunto de pressupostos fundamentais para entender a imagem do Brasil como um caso de “desvio” ou de “singularidade” (TAVOLARO, 2014).

Em Gilberto Freyre (2005, 2013) há uma variável independente que coloca o Brasil no *status* de semi-moderno. Isso acontece quando ele fala, em *Casa-Grande & Senzala*, obra de 1933, de uma espécie de autarquia formada ao redor do *pater familias* que se estende, em suas influências, para além do período de colonização. O domínio dessa figura era pleno, seja sobre a produção no engenho, sobre a política, sobre a justiça, sobre sua mulher e seus filhos, sobre a esfera religiosa; estavam todos reunidos em torno desse poder patriarcal, que dominava de acordo com suas inclinações emotivas.

Ainda que seu poder tenha sido confrontado pelo processo de modernização que, segundo Freyre, se deu com a chegada da família real ao Brasil em 1808, o patriarcado estendeu suas influências para além desse período. Exemplo disso são as relações sadomasoquistas estabelecidas entre o senhor e o escravo. O próprio Freyre admite que a invasão dessa lógica sobre a vida pública permite observar a dialética do mandonismo e do autoritarismo por parte dos senhores, e do populismo e messianismo por parte das massas. Portanto, ele acredita que é dessas relações que vem o “mandonismo político”, uma relação que chega a ser sádica, de um “governo másculo e corajosamente autocrático” (FREYRE, 2005, p. 114). Ao mesmo tempo, se desenvolvem nessa mesma vida pública as relações base do “fa-

milismo”. É possível perceber que essa dinâmica escapa completamente ao tipo racional-legal definido por Weber.

Outro ponto que Freyre ressaltou é o da mestiçagem, uma vez que os primeiros colonizadores nada mais fizeram do que se dissolver numa mistura de raças. Para o autor, o processo de cruzamento das raças foi fundamental para se alcançar a harmonia na sociedade brasileira. Este argumento remete ao dualismo que dá nome ao seu livro: é a relação entre a casa-grande e a senzala que sustenta a harmonia. Freyre indica que:

“É verdade que agindo sempre, entre tantos antagonismo contundentes, amortecendo-lhes o choque, ou harmonizando as condições de confraternização e de mobilidade social peculiares ao Brasil: a miscigenação, a dispersão da herança, a fácil e frequente mudança de profissão e de residência, o fácil e frequente acesso a cargos e elevadas posições políticas e sociais de mestiços e de filhos naturais, o cristianismo lírico à portuguesa, a tolerância moral, a hospitalidade a estrangeiros, a intercomunicação entre as diferentes zonas do país” (FREYRE, 2005, p. 117).

Daí a crítica do autor em *Sobrados e Mucambos*, publicado em 1936, aos processos de urbanização e industrialização no Brasil, que, segundo ele, apenas atrapalharam o equilíbrio que havia na situação anterior. Com o processo de urbanização, ou seja, o domínio da cidade frente ao campo, muito moradores urbanos foram favorecidos pela corte, que chegou em 1808, com privilégios políticos e econômicos. Por outro lado, os latifundiários, sem o apoio da Coroa, viam-se entregues à pressão em cima dos empréstimos tomados. A casa-grande, antes soberana e emanando poder, agora passa a ser perturbada por agentes de cobrança, situação humilhante para os senhores de engenho. Às vezes, eram mesmo os filhos e netos dessa antiga elite se vingando ou expressando o choque geracional face àqueles que estavam tão distante política e moralmente. Bacharéis, meninos formados em direito, aplicando a lei sobre seus pais e avôs, garotos formados em medicina desprestigiando a medicina caseira da mãe e da avó. Também a Igreja se tornou mais independente dessa oligarquia regional, já que os padres não estavam mais na casa-grande (FREYRE, 2013).

Este processo foi vagaroso, contínuo e de forma alguma linear, mas culminou com mais individualismo para a mulher, o menino, o negro. O patriarcalismo se urbanizou, se modernizou o transporte, o saneamento, a rotina doméstica, até mesmo o papel da rua. Junto às fábricas vieram estrangeiros para ocupar diversos novos ofícios. A Europa moderna, por sua vez, foi um modelo para a elite, que passou a ocupar ou surgiu em território urbano. Tudo isso ocorre, entretanto, em detrimento da antiga sociedade elogiada por Freyre, que não acredita na possibilidade de sustentação da organização social moderna. Para o autor, romper com a especificidade brasileira, a mestiçagem e a harmonia entre as raças que caracterizou a formação do país, é o que coloca o país na situação de “desvio”, rompendo com sua “singularidade”.

Sérgio Buarque de Holanda (1995) é o autor que dialogou mais diretamente com a contribuição da tipologia weberiana para analisar as questões do “atraso” brasileiro. Seu argumento em *Raízes do Brasil*, de 1936, é que a herança da colonização ibérica (cuja matriz europeia estava em zona fronteira, desviante da formação moderna do continente) tem como principal marca o personalismo. Ele se caracteriza pela falta de racionalização da vida e marcou as nações ibéricas e suas colônias; a psicologia desses povos é a repulsa a toda moral fundada no culto ao trabalho. O ócio importa mais que o negócio, a contemplação e o amor valem mais que a atividade produtora. São aqui precárias as ideias de solidariedade, existindo só quando há uma vinculação por interesses.

Tal é a forma geral que herdamos da Península Ibérica e que constituiu nossa cultura. Ela impede a associação e a organização racional burguesa; mesmo os valores dessa população tem como centro a figura da pessoa. Por outro lado, a plasticidade característica do português não demandou grandes alterações morais e de valores – daí a ideia de singularidade brasileira, no sentido de uma adaptação própria da modernidade.

O Estado no continente europeu não é uma ampliação do círculo familiar, ou integração de agrupamentos com vontades particularistas. Ele nasceu exatamente pela transgressão da ordem doméstica e familiar, fazendo do indivíduo um cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável ante as leis. O moderno sistema industrial é responsável por separar empregadores e empregados em termos de relações e antagonismo de classe, e não mais de intimidade expressa uma lógica nesse sentido. Em oposição à família, ganham espaço ideias como as de iniciativa pessoal e concorrência entre cidadãos.

Entretanto, no caso brasileiro não foi possível às elites agrárias entenderem a necessidade de distinção entre o espaço público e o privado. Nesse contexto, Sérgio Buarque constrói seu conceito de *homem cordial*, aquele que tem lhanza no trato, hospitalidade, generosidade, virtudes sempre elogiadas nos brasileiros pelos estrangeiros que aqui chegam. Isso é influência direta de nosso passado rural e patriarcal. Essa cordialidade não significa polidez, mas uma ética de fundo emotivo, um culto que dispensa esforço, diligência, tirania sobre si mesmo, corrompendo nosso sentimento religioso. As elaborações políticas apelam aos sentimentos e sentidos mais que à razão e à vontade.

Por isso, o Brasil vai de encontro aos pressupostos apontados por Weber no protestantismo ascético, contrariando a necessidade moderna de racionalidade e trabalho. Ao mesmo tempo, a impossibilidade de separação entre o público e o privado prejudica a organização do Estado, nos termos que apresentei na primeira seção a partir de Weber, e a perfeita relação entre o Estado e a sociedade civil, tal como aparece em Tocqueville (2005).

Outro autor fundamental para o pensamento social brasileiro é Raimundo Faoro (2001). Em *Os Donos do Poder*, publicado em 1958, ele argumenta pela centralidade do caráter patrimonialista do Estado brasileiro, que impõe uma lógica de privilégios,

herança do sistema político português. O prematuro processo de centralização e monetarização de Portugal face às demais nações europeias produziu esse Estado patrimonial, enquanto em outros países europeus a superação da contradição entre a nobreza e a burguesia conduziu ao capitalismo, em detrimento do feudalismo com seu poder fragmentado; em Portugal foi o Estado Patrimonial responsável por controlar a economia. Apesar de dialogar com o conceito de Weber, o autor não tem o mesmo cuidado histórico que o autor alemão teve ao cunhá-lo: ele é utilizado para explicar cinco séculos de história, apresentando-se como uma espécie de maldição lusitana que se transfere à colônia (SOUZA, 2000).

Há ainda, em Faoro, uma visão liberal de que a sociedade burguesa deve se constituir antes do próprio Estado. Caso contrário, não haveria condição que possibilitasse a liberdade necessária ao desenvolvimento moderno, uma vez que o Estado reprimiria a livre iniciativa e produziria atraso. Entretanto, o autor não observa que isso é uma exceção no Ocidente, sendo EUA o único país a assim ter se desenvolvido (SOUZA, 2000). Aqui são importantes as reflexões sobre os EUA feitas por Tocqueville (2004), centrais para o imaginário de que a sociedade moderna deve fundar-se no associativismo.

Por fim, um último exemplo pode ser dado com Roberto DaMatta (1997), que através de sua perspectiva culturalista buscou ver por trás do cotidiano, ritos e ações, adotando como principal parâmetro de comparação os EUA. Nesse sentido, o autor de *Carnavais, Malandros e Heróis*, de 1979, opõe indivíduo e pessoa como partes de uma relação dialética que explica o dilema brasileiro numa leitura mais contemporânea que dos autores explorados anteriormente. Ele se inspira na metáfora da “casa” e da “rua” de Gilberto Freyre (2013), associando a pessoa à primeira, ao ambiente doméstico, dotado de relações íntimas; à segunda corresponde o mundo do indivíduo, impessoal, igualado como cidadão na sociedade democrática.

Em geral os rituais de passagem são da pessoa em direção ao indivíduo, à medida que crescemos em direção à “rua/vida” (escola, mercado de trabalho); e de novo à pessoa, quando estabelecemos laços. Nos círculos médios e altos deve-se destacar a figura dos mediadores, que ajudarão a enfrentar a “vida”. Quem não pode contar com esses mediadores está à deriva das leis – não só jurídicas, mas também econômicas – e só assume o papel de pessoa na família (se é que a tem); esses “indivíduos integrais”, que não têm alternativa que não seja seguir a lei, sofrem com a passagem radical do nível da pessoa ao nível do indivíduo. Por isso o Brasil estaria fora do sistema de estruturas modernas, impessoais e racionais do Estado e do mercado – DaMatta dialoga com a tese weberiana sobre a ética do protestantismo ascético, que não é encontrado no Brasil.

Nesse contexto o “Você sabe com quem está falando?” configura-se como uma prática do cotidiano que contraria o espírito cordial do carnaval, do samba, das festas, da harmonia que supostamente caracteriza o Brasil. Esta expressão representa um rito de autoridade que apela às relações historicamente hierarquizadas da sociedade brasileira, opondo-se ao ideal de igualdade. Dialogando com Tocqueville, este fenômeno explica a falta de associação no país, uma

1 O conceito de modernidades múltiplas foi desenvolvido pelo sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt. Para um aprofundamento no tema ver Eisenstadt (2001, p. 139-163).

vez que essa hierarquia remete às sociedades arisocráticas: usam-se “os laços de subordinação para inferiorizar um outro indivíduo que (...) seria igual” (DAMATTA, 1997, p. 187). Por isso, não basta analisar as classificações geradas pelos eixos econômicos, mas também classificações morais com base em relações de intimidade social.

Esta expressão interroga sobre dois aspectos: delimita as hierarquias e testa o conhecimento do interlocutor. No caso estadunidense, o uso do “*who you think you are?*” é uma inversão em que não se chama superioridade para quem fala, mas sim se esforça para tirá-la do interlocutor que tenta se colocar como superior. Esse duplo código segue a lógica de “aos inimigos a lei, aos amigos tudo”; postulam-se hierarquias que podem tanto fugir da lei quanto fazê-la valer, sempre estando relacionado à posição de pessoas que “são alguém” na sociedade. Há dois níveis: o do indivíduo, sujeito da lei impessoal e universalizante; e o da pessoa, que age pelo “jeitinho”, pela “malandragem”, merecendo tratamento especial, solidário.

Esses autores, para além de todas as suas contribuições ao pensamento social no Brasil, sempre trazem na sua argumentação um esforço comparativo. Este esforço recorre, por um lado, à noção de modernidade (construída a partir do tipo ideal abordado quando foram apresentadas as contribuições de Weber e Tocqueville, e resumida nos três pilares que serão expostos adiante), e por outro, da imagem do Brasil como uma nação “atrasada” ou “desviante”. Os autores apresentam sempre uma resistência em colocar o Brasil em um patamar semelhante ao das chamadas “sociedades modernas centrais”, o que acontece inclusive com Jessé Souza (TAVOLARO, 2005).

Crítica da “Inautenticidade Brasileira”

Após a exposição desse recorte do núcleo do pensamento social brasileiro, irei dialogar, por um lado, com as contribuições de Souza (2000) a respeito de uma modernidade que necessariamente é seletiva, na medida em que não chega da mesma forma para parcelas que estão separadas de acordo com a estratificação social. Por outro, há as contribuições de Sérgio Tavolaro ao contestar a visão hegemônica de modernidade, unilateral, congelada, sem variações. Assim, pensar em modernidade multifacetada e em globalização ajuda a escapar da elaboração hegemônica de modernidade que não leva em consideração a multivariabilidade desse fenômeno.

A argumentação desenvolvida por Tavolaro (2005) ao longo do artigo *Existe uma Modernidade Brasileira?* torna-se interessante nesse sentido. O autor tentou desenvolver novas formas de análise que se opusessem ao discurso hegemônico que, até então, tinha definido o que é a modernidade de forma ossificada. Esse discurso postula que a modernidade constitui-se de três pilares: diversificação/complexificação social, secularização, separação entre público e privado. Dois outros são acrescentados em um artigo mais recente, *A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada*: economia emocional autocentrada (cujo principal exemplo é o do protestantismo ascético) e divórcio entre sociedade e natureza (TAVOLARO, 2014). De fato, esses elementos conseguem congregam os principais argumentos apresen-

tados pelos autores acima no sentido de enxergar o Brasil como um caso singular de modernização ou mesmo modernidade.

O argumento central será em torno do uso da ideia de *modernidades múltiplas*¹. Havia um imaginário de que a modernidade iria dominar todas as sociedades, mas após a Segunda Guerra Mundial notou-se mais facilmente os impactos que tinham a tradição, a cultura e as histórias específicas das diversas sociedades sobre a estruturação da sua configuração moderna. Essas variações se estabelecem mesmo nas “sociedades modernas centrais”.

Esse conceito permite evitar estereótipos e retratos congelados formados pelo discurso sociológico dominante, a partir do qual Estado, mercado e sociedade civil constituem esferas separadas com lógicas internas próprias; com normatividade desentada e impessoal; com as instâncias públicas e privadas também separadas e com lógicas diversas. Abraçar esse pacote de forma plena impede o reconhecimento de suas variações, mesmo nas sociedades ditas centrais, bem como torna mecânico o reconhecimento do Brasil como “desviante”.

Tavolaro (2005) propôs que existem padrões variados para os três pilares, que consideram as contingências da disputa de projetos sociais, demandas, interesses e visões de mundo díspares em sua busca por dominação, no sentido weberiano. Também é importante destacar que não se pode estabelecer entre esses padrões uma escala que defina qual situação é mais ou menos moderna com relação à outra. Um esforço nesse sentido seria mesmo fútil, pois na argumentação do autor não faz sentido hierarquizar as diversas formas com que se apresenta o moderno.

A percepção do moderno como conflito de interesses e busca por se sobressair evita concepções essenciais do social, indo de encontro à ideia de herança cultural ibérica ou de dependência econômica. É possível olhar para a recente história brasileira e reconhecer não uma coerência e inexorável continuidade, mas disputa e busca por dominação. A contingência da modernidade brasileira deve ser apreendida e considerada, bem como das “sociedades modernas centrais”, em um esforço analítico; depois deve haver o reconhecimento de disputas e demandas competindo pela direção da organização social, econômica e política visando institucionalizar seu padrão de sociabilidade.

Uma última perspectiva interessante desse texto é o caráter tendencialmente global da modernidade. Isso porque ela é um processo que transcende fronteiras nacionais e não é linear, tendo como fundo mais amplo a globalização – entendida como cenário de coexistência assimétrica de tipos de sociabilidade e projetos. Somados, contingência e caráter global impedem que as “sociedades modernas periféricas” sejam vistas como receptoras passivas e imperfeitas da modernidade, ainda que obviamente devam ser consideradas as assimetrias através das quais essa dinâmica se dá. Há, nesse sentido, um processo de descentralização da produção e disseminação da modernidade.

A partir da percepção dessas nuances constitutivas do desenvolvimento da modernidade, que a

fundo é singular em todas as sociedades em que se coloca, Tavolaro (2005) propõe a necessidade de um esforço analítico para reconhecer essas particularidades. De certa forma, é nesse sentido que argumenta Jessé Souza em *A Modernização Seletiva*. Nessa obra, o autor vai defender que a modernização é seletiva em qualquer sociedade nacional, ou seja, nenhuma representa de maneira totalmente fiel o tipo ideal traçado pelos clássicos da sociologia e posteriormente utilizado de forma prescritiva pela teoria da modernização. Para evidenciar esta argumentação, ele explora os casos de EUA e Alemanha, considerados casos paradigmáticos da modernidade (SOUZA, 2000).

Souza (2000) aponta os EUA como um caso específico, em que há uma religião civil que guarda a cultura normativa a partir de pontos comuns das várias religiões, o que é fundamental à formação social desse país. Esta religião defende o estabelecimento de um contrato com Deus, como fizeram os judeus levando ao protestantismo ascético. O caso americano é singular, e ainda que tido como versão de ouro também se constitui em uma modernidade seletiva, pois o princípio de impessoalidade presente no protestantismo ascético, apesar de levar ao associativismo, retira o elemento de empatia entre a própria população, como defende o autor.

Na Alemanha há uma especificidade relacionada ao protestantismo luterano, defendendo que as pessoas estão preenchidas por Deus, não precisando atuar sobre o mundo, o que as leva a uma postura de aceitação, por um lado, e da interioridade que é marca da autoimagem alemã, por outro. Mas a *bildung* (construção interior da personalidade) vai interessar na medida em que passa a significar abertura à alteridade, a um ponto de vista geral. Essa mudança se dá devido aos acontecimentos da primeira metade do século XX, principalmente o nazismo. Há uma demanda por ajustar-se à modernidade, particularmente através do ideal de comunitarismo.

Se nos EUA melhor se desenvolveu o princípio da dignidade através da liberdade individual e da igualdade perante a lei, na Alemanha pós-nazista foi onde ganhou protagonismo o princípio da alteridade, em que sua generalização garantiria respeito à pluralidade, um sentido não tradicional de *bildung*. Entretanto, mais uma vez vale a ressalva de Tavolaro a Jessé Souza: o conceito de modernidade seletiva leva a interpretação de que há uma oposição entre moderno e tradicional dentro das próprias sociedades nacionais, perspectiva que também me parece equivocada (TAVOLARO, 2005). Isso porque a modernidade deve ser vista como um processo cercado por contingências, e não como um estágio ou patamar ao qual as sociedades nacionais devem alcançar e aí permanecer.

Um último ponto a ser aqui abordado tem inspiração exatamente através dessa ideia de seletividade que é interna a cada sociedade. A questão que aqui interessa é a visão das próprias sociedades nacionais não como um bloco coeso e não contraditório de modernidade. A argumentação aqui seria, então, a existência de modernidades múltiplas dentro das próprias sociedades, e não de uma oposição entre o moderno e o tradicional.

Essa reflexão é importante, pois Tavolaro (2005)

conclui seu artigo propondo que outra possibilidade seria uma posterior comparação entre as diferenças de cada sociedade nacional, por sua vez, visando entender de forma mais plena tais particularidades. Um desafio que parece se colocar a esse esforço comparativo é exatamente considerar que a análise através de padrões variados se vale de tipos ideais, e nesse sentido é fundamental lembrar que esses padrões são de fato caricaturas da realidade.

Para deixar esse ponto mais claro, pode ser tomado como exemplo o Brasil. Pensar uma modernidade que abranja o país como um todo e de maneira uniforme é tratar a realidade de forma demasiadamente simplificada, naturalizando as identidades nacionais que são construções históricas a partir de interesses políticos e sociais (SAID, 2005). Mais interessante seria observar as próprias variações de padrões entre regiões, por exemplo (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul), entre a forma que ela se dá nas capitais e regiões metropolitanas, por um lado, e no interior, por outro. Esse parece ser um passo importante para que a seguir possa-se comparar de fato sociedades nacionais como um todo, pois ao levar em consideração tais variações internas, evitam-se certas simplificações que podem implicar em análises equivocadas.

Considerações Finais

Caminhando para o final desse artigo, algumas reflexões mostram-se interessantes de serem realizadas no intuito de explorar melhor a própria tese da inautenticidade em mais algumas de suas implicações. Primeiro, resalto que ela retrata, de certa forma, uma autoimagem do Brasil que a princípio faz sentido, e assim dialoga com a realidade. Aí reside sua maior força, ao selecionar determinados elementos que a corroborem, ainda que, como Tavolaro (2014) chama a atenção, a tese da inautenticidade não tenha o sucesso pretendido ao tentar explicar a realidade. Portanto, é fundamental a reflexão crítica de seus pressupostos, entendendo a forma como ela se constrói e como trabalha com elementos do senso comum (SOUZA, 2000).

Outro ponto a ser retomado é a discussão acerca dos tipos ideais. Eles ganham maior importância na reflexão deste artigo porque sua apropriação, principalmente ao se tratar dos conceitos weberianos, abandona o caráter de caricatura que visa exaltar determinados aspectos da realidade para tomar um caráter prescritivo. A análise que Weber faz da modernidade, principalmente de seus problemas e desafios, é transformada, no caso brasileiro, em uma forma de ler sua obra tão somente secundária, substituída por uma leitura que tenta definir o percurso necessário para atingir a modernidade. Modernidade que é vista como um fenômeno ossificado, uniforme e livre de ambiguidades (VIANNA, 1999).

Toda a argumentação ao longo deste artigo se deu em busca de identificar a forma como esse processo ocorre no pensamento social brasileiro e tentar criticá-lo, pensando em novas visões sobre a modernidade. Esse é um dos grandes desafios no meu modo de entender: um esforço analítico sobre esse fenômeno que leve em consideração toda a sua complexidade. Obviamente que com isso a pretensão não é diminuir os trabalhos feitos até então, acusando-os de serem simplistas e ignorarem tal

dimensão. O que está em questão é uma visão que perceba a pluralidade como a própria modernidade desenvolve-se. Nesse sentido, parece ser mais rica a abordagem proposta por Tavolaro (2005), percebendo seu caráter de processo e todas as contingências que a cercam.

Referências Bibliográficas

DAMATTA, Roberto. (1997), *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª edição, Rio de Janeiro, Focco.

EISENSTADT, S. N. (2001), "Modernidades múltiplas". *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras. 35:139-163.

FAORO, Raymundo. (2001), *Os Donos do Poder: formação do patronado político brasileiro*. 3ª edição, São Paulo, Global.

FREYRE, Gilberto. (2005), *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50ª edição, Global Editora, São Paulo.

FREYRE, Gilberto. (2013), *Sobrados e Mucambos*. 1ª edição digital, Global Editora, São Paulo.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (1995), *Raízes do Brasil*. 26ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.

SAID, Edward. (2005), *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo, Companhia das Letras.

SOUZA, Jessé. (1998), "A Ética Protestante e a Ideologia do Atraso Brasileiro". *Revista Brasileira Ciências Sociais*, 13, 38:115-135.

SOUZA, Jessé. (2000), *A Modernização Seletiva: uma interpretação do dilema brasileiro*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

TAVOLARO, Sergio. (2014), "A Tese da Singularidade Brasileira Revisitada: desafios teóricos contemporâneos". *Dados*, 57, 3:633-673.

TAVOLARO, Sergio B. F. (2005), "Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 59:5-22.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (2004), *A democracia na América: sentimentos e opiniões*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo.

TOCQUEVILLE, Alexis de. (2005), *A democracia na América: leis e costumes*. Tradução de Eduardo Brandão. 2ª edição, Martins Fontes, São Paulo.

VIANNA, Luis Werneck. (1999), "Weber e a Interpretação do Brasil", in J. Souza (org), *O Malandro e o Protestante*. Brasília, Editora Universidade de Brasília.

WEBER, Max. (1999), *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa e Karen Barbosa. São Paulo, Editora Universidade de Brasília.

WEBER, Max. (2003), "A 'Objetividade' do Conhecimento nas Ciências Sociais", in F. Fernandes (org), *Sociologia: Weber*. São Paulo, Editora Atica.

